



## **POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL E EDUCACIONAL NO BRASIL: UMA QUESTÃO SOCIAL DE CLASSES OU UMA QUESTÃO RACIAL DE ABRANGÊNCIA NACIONAL COM ALGUMAS PECULIARIDADES REGIONAIS?**

*Jurandir de Almeida Araújo<sup>1</sup>*

**Resumo:** Há uma tendência, no Brasil, em se discutir as questões sociais separadas das questões étnico-raciais, como se elas não se correlacionassem e/ou se não complementassem. Nesta perspectiva, este artigo tem como objetivo tecer uma análise teórico-crítica acerca da pobreza e das desigualdades no país, do ponto de vista social, racial, educacional e geopolítico. Utilizando-se de dados quali-quantitativos, o estudo evidenciou que a pobreza e as desigualdades na sociedade brasileira tratam-se, em partes, de uma questão racial que atinge em maior proporção a população negra, e com maior intensidade as regiões economicamente menos desenvolvidas - Norte e Nordeste.

**Palavras-chave:** desigualdade racial; educação; pobreza; regiões norte e nordeste.

### **POVERTY AND SOCIAL AND EDUCATIONAL INEQUALITY IN BRAZIL: A SOCIAL CLASS QUESTION OR A RACIAL QUESTION, OF NATIONAL SCOPE WITH SOME REGIONAL PECULIARITIES?**

**Abstract:** There is a tendency in Brazil to discuss social issues separate from ethnic-racial issues, as if they did not correlate and / or complement each other. In this perspective, this article aims to provide a theoretical-critical analysis of poverty and inequalities in the country from a social, racial, educational and geopolitical point of view. Using qualitative and quantitative data, the study showed that poverty and inequalities in Brazilian society are, in part, a racial issue that affects the black population to a greater extent, and to a greater extent the economically less developed regions - North and Northeast.

**Key-words:** racial inequality; education; poverty; north and northeast regions.

### **PAUVRETÉ ET INÉGALITÉ SOCIALE ET ÉDUCATIVE AU BRÉSIL: UNE QUESTION DE CLASSE SOCIALE OU UNE QUESTION RACIALE DE PORTÉE NATIONALE AVEC QUELQUES PARTICULARITÉS RÉGIONALES?**

**Résumé:** Au Brésil, on a tendance à débattre des questions sociales séparément des questions ethniques et raciales, comme si elles ne se corrélaient pas et / ou ne se complétaient pas. Dans cette perspective, cet article vise à fournir une analyse théorique-critique de la pauvreté et des inégalités dans le pays d'un point de vue social, racial, éducatif et géopolitique. En utilisant des données qualitatives et quantitatives, l'étude a montré que la pauvreté et les inégalités dans la société brésilienne sont, en partie, un problème racial qui affecte davantage la population noire et, plus intensément, les régions économiquement moins développées - Nord et Nord-Est.

**Mots-clés:** inégalité raciale; éducation; pauvreté; régions du nord et du nord-est.

---

<sup>1</sup> Mestre em Educação (2013), pelo Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade - PPGEduc/UNEB. Professor da Fundação Visconde de Cairu. E-mail: [juran-araujo@hotmail.com](mailto:juran-araujo@hotmail.com)

**POBREZA Y DESIGUALDAD SOCIAL Y EDUCATIVA EN BRASIL:  
UNA CUESTIÓN SOCIAL DE CLASES O UNA CUESTIÓN RACIAL DE ALCANCE  
NACIONAL CON ALGUNAS PECULIARIDADES REGIONALES?**

**Resumen:** Hay una tendencia, en Brasil, de discutir las cuestiones sociales separadas de las cuestiones étnico-raciales, como si no se correlacionaran y / o no se complementarían. En esta perspectiva, este artículo tiene como objetivo tejer un análisis teórico-crítico acerca de la pobreza y las desigualdades en el país, desde el punto de vista social, racial, educativo y geopolítico. El estudio puso de manifiesto que la pobreza y las desigualdades en la sociedad brasileña se tratan en partes de una cuestión racial que afecta en mayor proporción a la población negra y con mayor intensidad las regiones económicamente menos desarrolladas - Norte y Nordeste.

**Palabras-clave:** desigualdad racial; educación; pobreza; regiones norte y nordeste.

### INTRODUÇÃO

O estudo ora apresentado tem como objetivo tecer uma análise teórico-crítica acerca das desigualdades que permeiam a sociedade brasileira, do ponto de vista social, étnico-racial, educacional e geopolítico. Para tanto, utiliza-se de dados quali-quantitativos e parte-se dos pressupostos teóricos de Pereira (2008), Ribeiro (2009) e Santos (2013) que afirmam que tanto o poder quanto a pobreza têm cor no Brasil, e de Araújo (2014a) que complementa afirmando que a pobreza, além de cor, atinge com maior intensidade as regiões economicamente menos desenvolvidas - Norte e Nordeste. E tem como questão norteadora, o seguinte questionamento: a pobreza e as desigualdades no Brasil tratam-se de uma questão social de classes ou de uma questão racial, de abrangência nacional com algumas peculiaridades regionais?

As afirmações dos autores supracitados implicam em afirmar que no Brasil tanto a pobreza quanto as desigualdades sociais podem ser analisadas considerando algumas particularidades, tais como: cor/raça, regiões geopolíticas e escolaridade. No entanto, existe uma tendência em se discutir as questões sociais e as questões étnico-raciais a parte, como se estas não se completassem e/ou não se correlacionassem. Questões essas que, como observa Araújo (2014b), estão refletidas na educação e influenciam negativamente no acesso, permanência e êxito dos sujeitos pertencentes aos grupos historicamente estigmatizados na sociedade brasileira nos diferentes níveis e modalidades de ensino.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), transcorrido mais de 120 anos da abolição da escravidão no país, “a desigualdade material e simbólica da população composta pelos grupos étnico-raciais subalternizados

se manteve e a desvantagem em relação aos brancos no usufruto de recursos e benefícios continua a afetar severamente metade da população brasileira” (IBGE, 2008, p. 209). Revelando, desta forma, o quanto a sociedade brasileira, mesmo com implementação de algumas políticas de promoção da igualdade racial<sup>2</sup>, ainda se encontra em déficit com os grupos étnico-raciais historicamente estigmatizados no país, a exemplo da população negra e dos povos indígenas.

Assim, no contexto de injustiças e de desigualdades em que se encontra a maior parte da população brasileira, em particular a população negra e os povos indígenas, compreende-se que é preciso entender “o tema da desigualdade para além da área equivocadamente limitada da renda *per capita*; ela deve se ampliar até a atração fatal e recíproca entre pobreza e vulnerabilidade social, corrupção, acumulação de perigos, assim como humilhação e negação da dignidade” (Bauman, 2013, p. 31). Parte-se, portanto, do entendimento que da mesma forma que é um equívoco analisar as desigualdades apenas do ponto de vista social, não considerando outros fatores como cor/raça, regiões geográficas, gênero, sexo, nível de escolaridade, entre outros, é discutir as questões sociais e étnico-raciais em separadas, isto é, desvinculadas, assim com descontextualizadas do processo de desenvolvimento econômico e formação geopolítico da nação brasileira.

### CONTEXTO HISTÓRICO DA EXPLORAÇÃO ECONÔMICA E GEOGRÁFICA DO BRASIL

Ao se analisar a história de formação e exploração econômica do Brasil, percebe-se que a dinâmica geográfica dos grupos étnico-raciais que para cá vieram (ou foram forçados a vir), de modo geral, pode ser dividida em quatro momentos. O primeiro, se dá com a exploração do pau-brasil, na região Norte, e o ciclo da cana de açúcar, na região Nordeste, particularmente nos estados do Maranhão e da Bahia, que vai até o final do século XVII. Período no qual a distribuição geopolítica dos colonizadores e dos escravizados, na formação e exploração da nação brasileira, se

---

<sup>2</sup> Denominadas de Políticas de Ações Afirmativas que, segundo Gomes (2001) trata-se de um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou facultativo implementadas como medidas de promoção da justiça social, visando a igualdade de direitos e de oportunidades, reparação e combate às desigualdades e à discriminação racial, de gênero e de origem nacional que se fazem presente nas diferentes esferas da sociedade brasileira desde o período colonial.

caracterizou pela concentração nas regiões Norte e Nordeste do país, tendo na mão de obra escrava, na extração do pau-brasil e na cana-de-açúcar a base da economia do país.

O segundo momento tem início com o declínio do comércio da cana-de-açúcar e a descoberta de minas de ouro na região centro-sul do país, especialmente, na região do estado de Minas Gerais, até meados do século XIX. Estimulando um brusco deslocamento das pessoas para esta região, atraídas pelo baixo investimento na exploração do ouro, e atraiu um número considerável de imigrantes portugueses que para cá vieram. Aumentando, desta forma, o contingente da população branca no país, que ainda era consideravelmente pequena em relação à população negra. De acordo com Hasenbalg (2005), é com a descoberta do ouro, nas primeiras décadas do século XVIII, que se percebe mudanças substanciais no campo demográfico e econômico do país. Uma vez que, pondera o referido autor, a mineração produziu junto com a ocupação da região centro-sul do país mudanças significativas na composição racial da população brasileira e também um aumento expressivo no fluxo migratório de Portugal para o Brasil (Hasenbalg, 2005).

Já o terceiro momento, consequentemente, se dá com o declínio da exploração das minas de ouro, e com o ciclo do café na região Sudeste, principalmente nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, a partir da segunda metade do século XIX. Também com as políticas de estímulo a imigração europeia, que introduziu um elevado número de pessoas brancas no país, em particular, na região Sudeste que se encontrava em pleno desenvolvimento econômico, industrial e urbano. Momento no qual, ressalva Hasenbalg (2005), pode ser fixado como o marco da trajetória econômica ascendente da região Sudeste, divergindo-se, assim, do restante do país em que a economia se encontrava estagnada. Período que vai de meados do século XIX até os anos de 1930, quando há uma descontinuação do processo de imigração europeia.

O quarto período, por sua vez, tem início com o processo de desenvolvimento industrial do país, a partir dos anos de 1930. Ocasão na qual a população pobre, que se encontrava concentrada na zona rural, em particular nas regiões atrasadas economicamente (Norte e Nordeste), passa a migrar para os grandes centros urbanos, principalmente àqueles em fase de pleno desenvolvimento industrial, localizados na região Sudeste do país, em busca de melhores condições de vida. Período esse marcado pela descontinuidade das políticas de estímulos a imigração europeia e a crescente industrialização da região Sudeste. Também pelo Decreto-Lei nº 1.843, de 7 de

dezembro de 1939, conhecido como Lei dos Dois Terços, que obrigava a indústria e o comércio a contratar e manter em seu quadro uma proporção de dois terços ou mais de trabalhadores brasileiros do total dos seus funcionários, assim como a nova dinâmica na movimentação geográfica dos grupos étnico-raciais no Brasil. No entanto, não significou melhoria na condição de vida dos negros, os quais, em sua maioria, permanecem subalternizados, oprimidos e marginalizados na sociedade brasileira.

É importante ressaltar que a trajetória ascendente da região Sudeste se deu inicialmente pela expansão da economia cafeeira e, mais tarde, com o processo de industrialização dos seus estados, em particular, os estados de São Paulo e Rio de Janeiro, tendo como marco o fim do sistema escravista e o início do trabalho assalariado. Neste período, final do século XIX até os anos de 1930, a reorganização do sistema de trabalho constituiu-se em um período de rápida expansão da ordem social competitiva, baseada no trabalho livre (Fernandes, 2007).

Todavia, com a desintegração da ordem escravocrata, como chama a atenção Fernandes (2007, p. 135) “desaparecem as únicas condições econômicas e socioculturais que protegiam e garantiam os ajustamentos socioeconômicos do ‘negro’ ao sistema de trabalho”. Este, enquanto escravizado considerado com coisa, com um bem material, com o fim do sistema escravista, como qualquer mercadoria sem nenhuma utilidade, é descartado dos meios de produção econômica, passando a viver excluído do mercado de trabalho assalariado, em muitas situações vivendo as margens do sistema legalmente constituído. Em outras palavras, vivendo as margens da sociedade brasileira.

No contexto pós-abolição da escravidão, as posições abertas pela expansão dos setores e regiões capitalistas foram ocupadas pelos imigrantes europeus que chegavam aos milhares ao país, incentivados pelas políticas de estímulos a imigração de indivíduos de origem europeia (Hasenbalg, 2005). Políticas as quais até os anos de 1930 contribuíram categoricamente para manter os sujeitos pertencentes aos grupos estigmatizados (negros e indígenas) segregados nas regiões economicamente menos desenvolvidas do país, assim como sem perspectiva na melhoria da qualidade de vida, isto é, de ascensão social e econômica. Tais políticas contribuíram também, pode-se afirmar, para que os herdeiros/descendentes dos imigrantes europeus se encontrem hoje no topo da pirâmide econômica e educacional do país.

De acordo com os estudos de Hasenbalg (2005), após a abolição do sistema escravista, os negros, em qualquer época ou lugar específico, ocuparam um conjunto de posições nas relações de produção e distribuição que foram (e ainda são) diferentes daquelas ocupadas pelos brancos. Para o referido autor, uma das causas históricas que justificam essas posições diferenciadas dos negros em relação aos brancos foi à localização e concentração destes nas regiões agrícolas e periféricas mais atrasadas em relação aos centros urbanos de desenvolvimento capitalista mais dinâmicos, na região Sudeste. Posto que, ao se deslocarem para os centros urbanos mais desenvolvidos os negros, longe de fazerem parte do núcleo da classe trabalhadora das indústrias, vão ocupar os espaços sócio-espaciais insalubres. Ou seja, a aglomerarem-se em guetos e favelas, e em torno de mercados instáveis e irregulares de trabalho não qualificado. Todavia, prossegue Hasenbalg, somente depois do fim das políticas de estímulo a imigração europeia, nos inícios dos anos de 1930, que o processo de proletarianização e urbanização da população negra e mestiça se acentua com a entrada de uns poucos sujeitos na emergência da nova classe média.

Percebe-se, portanto, que a dinâmica do sistema escravista no Brasil, em que a mão de obra escravizada teve maior proporção na região Nordeste, atrelada às políticas de estímulo à imigração europeia, e outras políticas que beneficiavam preferencialmente os sujeitos pertencentes aos grupos dominantes, influenciaram categoricamente para a estratificação social no país após a abolição da escravatura. O que leva a acreditar-se que, como observa Hasenbalg (2005), uma das principais causas das desigualdades socioeconômicas e étnico-raciais contemporâneas é a acentuada concentração dos grupos não brancos nas regiões economicamente menos desenvolvidas, e as decorrentes desvantagens dos sujeitos pertencentes a estes grupos nas oportunidades econômicas, políticas e sociais, inclusive as educacionais.

Ante tal realidade, como pondera Araújo (2014a, p. 148), “as práticas racistas, a má distribuição de renda e as oportunidades educacionais diferenciadas, são as principais causas das desigualdades sociais e educacionais no país”, acrescenta-se a isso também as desigualdades regionais, de gênero e outras. Desigualdades, prossegue o referido autor, produto do processo histórico de formação da nação brasileira, e que se encontram cada vez mais acentuadas no país, atingindo de forma mais contundente a população negra e os diferentes povos indígenas, bem como as regiões Norte e Nordeste, economicamente menos desenvolvidas. Complementando as ponderações do

autor citado, acrescenta-se que dentre tantas desigualdades existentes no Brasil, as desigualdades étnico-raciais nos saltam aos olhos em todos os lugares em que circularmos na sociedade brasileira, notadamente evidenciadas nos indicadores sociais, econômicos e educacionais.

### **AS DESIGUALDADES MEDIDAS PELOS INDICADORES SOCIOECONÔMICOS E EDUCACIONAIS**

Os resultados de pesquisas acadêmicas, governamentais e não governamentais, sobretudo os indicadores socioeconômicos e educacionais, são bastante desanimadores em relação a superação das desigualdades, em particular as educacionais, que se fazem presente no meio social brasileiro, e atinge com maior intensidade a população negra. População a qual os sujeitos encontram-se, em sua maioria, em empregos mal remunerados, desempregados ou em subempregos, marginalizados e concentrados nos bairros periféricos ou nas favelas, bem como nas regiões economicamente menos desenvolvidas – Norte e Nordeste. Nesta perspectiva, Santos (2013, p. 31) é contundente ao afirmar que os números dos indicadores socioeconômicos revelam que as desigualdades sociais e étnico-raciais se misturam, e que a segunda está no núcleo do que se costuma chamar de “naturalização da desigualdade”, havendo assim uma “sobre representação da pobreza”. Ou seja, os números revelam a existência de um desnível abissal entre regiões, estados e municípios, ricos e pobres, principalmente entre brancos e negros, no Brasil.

Conforme os estudos do IBGE (2015), 53,6% dos brasileiros, em 2014, se declarava como de cor/raça preta ou parda, e 45% da cor/raça branca. Por regiões geográfica, esse percentual apresenta variações significativas: Norte 76,3%, Nordeste 72,5%, Centro-Oeste 59,2%, Sudeste 46,0% e Sul 23,2% se declaram pretos ou pardos. Já os estados que apresentaram a proporção de pretos e pardos mais baixa foram Santa Catarina 15,7%, Rio Grande do Sul 19,7%, Paraná 31,2% e São Paulo 37,3%, e a proporção mais expressiva Maranhão 80,6%, Bahia 79,3%, Pará 78,6% e Tocantins 77,6%.

No que se refere ao rendimento segundo a cor/raça, ainda de acordo com o IBGE (2015), os pretos e pardos, em 2014, representavam 76% das pessoas entre os 10% com menores rendimentos e 17,4% entre os 1% com maiores rendimentos. No entanto, para o IBGE (2015, p. 89), “é importante ressaltar que a baixa participação da população de

cor preta ou parda no estrato de maiores rendimentos contrasta com sua elevada participação na composição da população geral, que chegou a 53,6% em 2014”. Que, certamente, e evidenciado no decorrer deste artigo, não justifica a situação desigual em que a população negra se encontra no país.

Os dados estatísticos do IBGE (2015) apontam que os maiores percentuais de pobres e de negros (pretos e pardos) na população brasileira estão concentrados nas regiões Norte e Nordeste, economicamente menos desenvolvidas, e que apresentam os índices mais altos de pessoas vivendo com até  $\frac{1}{4}$  salário mínimo. Indicador esse que em 2014, segundo os dados do referido instituto, “variou de 23,6% no Estado do Maranhão e 21,5% no Estado de Alagoas a 2,2% no Estado de São Paulo e 1,4% no Estado de Santa Catarina” (IBGE, 2015, p. 89). Uma proporção bastante expressiva se comparados os dois estados do Nordeste com os dois estados do Sudeste e Sul.

A desigualdade na renda *per capita* dos brasileiros é uma realidade que, segundo o IBGE (2015, p. 89), “reflete, em larga medida, as históricas desigualdades regionais produzidas ao longo do processo de desenvolvimento brasileiro, tanto em termos de condições de vida quanto de crescimento econômico”. Em outras palavras, tem sua explicação na dinâmica geográfica de exploração do país no período colônia, fortalecida pelo processo de desenvolvimento econômico, político e cultural pós-abolição da escravidão aos dias atuais.

De acordo com os estudos de Araújo (2014a, 2014b), enquanto o percentual de pessoas em situação de pobreza na região Sudeste é de 11%, na região Nordeste chega a 40%, sendo que a renda *per capita* é três vezes menor, e no conjunto da população pobre do país, os negros são 64% dos pobres e 70% dos indigentes. Revelou ainda que cerca de 5 milhões de brasileiros vivem em situação de extrema pobreza, e 70% da população do país em situação de vulnerabilidade social. Para o referido autor, “a deficiência no acesso a direitos humanos básicos como saúde, educação, moradia, saneamento, entre outros, são algumas das dificuldades que o país, em particular as regiões mais pobres (norte e nordeste), encontra para vencer a barreira da linha da pobreza” (Araújo, 2014a, p. 141). Portanto, como pode-se perceber a população negra é sempre a mais atingida em todos os aspectos.

Neste contexto, como observa Silva (2007, p. 165), “a complexa inter-relação entre raça, cor, posição social e nível educacional no Brasil está baseada em relações hierarquizadas e posicionamentos sociais sempre ambivalentes, dependentes de



situações cotidianas e de contextos específicos”. Por outras palavras, as desigualdades no Brasil se encontram edificadas em situações ambivalentes, hierarquizantes e polarizadas – campo/cidade, branco/negro, rico/pobre, regiões desenvolvidas/ regiões subdesenvolvidas, homem/mulher. Corroborando com tais observações, Arroyo (2009, p. 139) é categórico ao afirmar que:

Sair do lugar social, racial, de gênero não tem sido fácil em nossos padrões de produção, de poder e de trabalho, de cultura e de conhecimentos. Somente provando, mostrando ter capacidades requeridas, os valores e conhecimentos, as condutas que ostentem dignos poderão até passar de lugar, de margem.

Portanto, como pode-se perceber, no Brasil, segue existindo socialmente situações que favorecem a manutenção das desigualdades sociais, étnico-raciais, econômicas, políticas, educacionais, entre outras, e, por conseguinte, a manutenção e sustentação do racismo, do preconceito e da discriminação de grupos sobre outros (Araújo, 2014a). Poucos são os sujeitos pertencentes aos grupos historicamente subalternizados que conseguem, como ressalta Arroyo (2009), na citação acima, ascender socioeconomicamente. Outros muitos estão condenados a extrema pobreza, a viver em situação de vulnerabilidade social e de risco pessoal, decorrente principalmente da violência, que, segundo Araújo (2015), atinge com maior intensidade a população negra, em particular a juventude negra, e tem no racismo uma das suas principais bases de sustentação.

No campo educacional, as regiões Norte e Nordeste também se encontram em situação de maior desigualdade em relações as outras regiões brasileiras. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB, 2011), que tem como objetivo medir a qualidade das escolas e das redes de ensino brasileiras, revelou que em 2011 as melhores escolas e os melhores índices de desenvolvimento educacional do país estão concentrados nas regiões Sul e Sudeste – onde se concentra o maior percentual de brancos –, enquanto as piores escolas e o piores índices estão nas regiões Norte e Nordeste - ironicamente onde se concentra o maior percentual de negros e indígenas, evidenciando que a pobreza e a desigualdade social e educacional no Brasil é, de certa forma, uma questão racial, de abrangência nacional com algumas particularidades regionais.



Para Dubet (2008), as instituições escolares não conseguem fugir as pressões decorrentes das desigualdades sociais. Portanto, ao serem pressionadas por tais desigualdades, sem dúvida nenhuma, acabam por reproduzi-las e, por conseguinte, estratificando os sistemas de ensino. Negligenciando, desta forma, a sua função precípua de emancipação dos sujeitos. A estratificação da educação formal, segundo Ribeiro (2011, p. 44), “é um dos principais meios por intermédio dos quais a desigualdade educacional e de classe é reproduzida”. Posto que, para o referido autor, a estratificação dos sistemas educacionais, ao invés de diminuir, contribui para o aumento das desigualdades. O que leva a se acreditar que a equidade de direitos e de oportunidades é essencial para a erradicação das desigualdades no país, assim como acabar com a estratificação da educação.

### **OS REFLEXOS DAS DESIGUALDADES NA TRAJETÓRIA ESCOLAR DOS BRASILEIROS**

Os indicadores socioeconômicos e educacionais apresentam em número a dimensão das desigualdades que acometem a sociedade brasileira e, por conseguinte, os sistemas de ensino. No entanto, tais indicadores parecem não servir de parâmetro para mudar a situação precária em que se encontra a educação pública no país, afirma Araújo (2012). A carência de políticas públicas eficazes de combate às desigualdades na sociedade brasileira contribui categoricamente para o aumento das desigualdades socioeconômicas e educacionais. Revelam ainda que todas as desigualdades (renda, raça/etnia, sexo, gênero, região, entre outras) estão refletidas na educação, e são determinantes no baixo desempenho dos estudantes menos favorecidos, em particular dos estudantes negros que, seguramente, são os mais atingidos pelas mazelas sociais. E, de certa forma, influenciam para que as oportunidades educacionais e no mercado de trabalho não sejam iguais para todos (Araújo, 2014a).

No contexto atual, é perceptível que os negros são os cidadãos brasileiros que apresentam os menores índices de escolaridades em todos os níveis de ensino, bem como os sujeitos que se defrontam com “as piores condições de aprendizagem e maior nível de defasagem escolar” (Silva, 2013, p. 17). O pensamento da autora citada é compartilhado por Hasenbalg e Silva (1990) e Queiroz (2004), ambos os autores enfatizam que os negros (pretos e pardos), ao longo das suas trajetórias educacionais, estão expostos a uma série de desvantagens vinculadas a sua condição étnico-racial que

os deixam em uma situação desigual em relação aos brancos, e determina o seu destino escolar e no mercado de trabalho.

Os indicadores socioeconômicos e educacionais revelam também que as desigualdades sociais, educacionais e, inclusive, as étnico-raciais estão correlacionadas e se completam. Posto que, os reflexos destas, na vida dos sujeitos que se encontram em situação desigual na sociedade, reduzem as oportunidades de acesso, permanência e êxito destes na escola, bem como as expectativas de prosseguirem nos níveis mais altos de ensino. Desta forma, diminuindo as chances de acessarem os espaços socialmente mais valorizados, excluindo-os das oportunidades de ascensão social e intelectual, mantendo-os subalternizados, em empregos com salários humilhantes ou em subempregos ou desempregados.

Na concepção de Hasenbalg (1995, p. 364) “é na complexa inter-relação família, educação e mercado de trabalho que se define o lugar que as pessoas irão ocupar na hierarquia social”. É nessa inter-relação que se estrutura as condições de exclusão e subordinação de uma parcela expressiva de pretos e pardos. Os filhos das famílias abastadas certamente continuarão no topo da pirâmide social, econômica, política e educacional, enquanto os filhos das famílias menos favorecidas permanecerão na base da referida pirâmide, e poucos são os que conseguirão ascender socioeconomicamente. Dito de outra forma, é na inter-relação família, educação e mercado de trabalho que se define o lugar social, político, econômico e educacional ocupado pelos sujeitos na sociedade brasileira.

Em meio a tantas desigualdades que permeia a sociedade brasileira, como observa Ribeiro (2011, p. 41), a educação formal constitui-se em “um dos principais meios de acesso a posições ocupacionais e de renda hierarquicamente superiores. Logo, a diminuição das desigualdades de acesso à educação seria uma das principais maneiras de combater a transmissão de desigualdades ao longo das gerações”, ou seja, um dos principais meios dos sujeitos ascenderem socioeconomicamente. Todavia, como ressalta Bourdieu (1998, p. 48), “o desejo razoável de ascensão através da escola não pode existir enquanto as chances objetivas de êxito forem ínfimas”. Diga-se também, enquanto o acesso aos diferentes níveis e modalidades de ensino não for equânime, e não se levar em consideração o racismo como fator estruturante das relações socioeconômicas e educacionais no país.

Os indicadores educacionais revelam, em número, o quanto injusto e desigual é o sistema público de ensino no Brasil. Enquanto no ensino básico a população pobre (em sua maioria de negros) é sobrerrepresentada, no ensino superior o quadro se inverte, esta passa a ser sub-representada. O mais intrigante nisso tudo é o fato de que os sujeitos pertencentes aos grupos mais abastados (em sua quase totalidade de brancos), que durante o ensino básico são usuários do sistema de ensino privado, no nível superior passam a ocupar os bancos das universidades públicas, consideradas de boa qualidade, enquanto os pertencentes aos grupos menos favorecidos, que antes ocupavam as vagas nas escolas públicas de pouca ou nenhuma qualidade, são direcionados para as faculdades privadas, em sua maioria de pouca ou de qualidade duvidosa.

As constatações supracitadas permitem afirmar-se que, no ensino básico, os sujeitos pertencentes aos grupos menos favorecidos são direcionados a uma escola pública de estrutura precária e baixa qualidade, e no ensino superior, as faculdades privadas de pouca ou qualidade duvidosa, que os impedem de desenvolverem-se social, intelectual e profissionalmente, e, desta forma, como pondera (Araújo, 2012, 2014a), continuam fadados ao fracasso e a pobreza. Uma educação que não lhes oferece os elementos necessários para saírem do lugar subalterno a que ao longo da história têm sido condicionados na sociedade brasileira. Permite assegurar também que as oportunidades educacionais, no Brasil, não são iguais para todos, uma vez que enquanto para elite é garantida uma educação de qualidade, que favorece a manutenção de privilégios sociais, políticos, econômicos e simbólicos, para a população pobre, em sua maioria de negros, é ofertada uma educação de pouca ou nenhuma qualidade. Portanto, como enfatiza o autor citado, “não basta ter acesso à escola se a educação oferecida aos grupos menos favorecidos não os beneficiam” (Araújo, 2012, p. 116).

A Constituição Federal brasileira, no artigo 205, diz que a educação é um direito de todos os cidadãos e dever do Estado e da família (BRASIL, 1988), mas na realidade não é o que acontece. Posto que, embora o acesso à educação básica esteja praticamente universalizado no Brasil, o que se percebe é que a situação precária em que se encontra o sistema público de ensino no país coloca em dúvida esse direito. Como observa Dubet (2008, p. 25), “à questão das desigualdades de acesso se substituiu a das desigualdades de sucesso”, ou seja, se por um lado a educação básica (Ensino Fundamental e Ensino Médio) se universalizou ou está em via de universalização, por outro lado segue

existindo no sistema escolar brasileiro mecanismos de reprodução e manutenção das desigualdades educacionais, sociais e étnico-raciais.

É notório que o processo de democratização e universalização da educação básica a partir da década de 1980, seguramente, significou avanços expressivos para a população negra no acesso a educação formal. Conforme os estudos de Silva et al. (2009), em 1987, de cada cinco crianças negras uma não tinha acesso ao ensino elementar e 63% ao Ensino Médio, apenas 8% chegava a esse nível de ensino na idade adequada, sendo que 27% ainda estava no Ensino Fundamental e 65% se encontravam fora da escola. Porém, como o processo de democratização do país e da educação, assegura o autor citado, esse quadro começa a ser modificado, de forma que em 2006 a proporção de jovens negros frequentando o Ensino Médio na idade considerada adequada chegou a 56%, reduzindo também de forma significativa o número dos que estavam fora da escola.

É bem verdade que entrar na escola, hoje, é fácil, pois o acesso à educação básica foi bastante ampliado nas últimas décadas, difícil, no entanto, é sair dela com êxito (Barcelos, 1993). Haja vista que, como ressalta Bourdieu (1998, p. 57), o ensino reservado aos grupos menos favorecidos opõe-se tanto ao ensino reservado aos herdeiros da cultura exigida pela escola “quanto ao ensino reservado a um pequeno número de indivíduos quaisquer”. Logo, a escola pública brasileira se universalizou, mas continua não oferecendo aos seus usuários, em quase sua totalidade, os sujeitos pobres e carentes de instrução, em sua grande maioria de negros, os elementos necessários para que eles consigam entrar, permanecer e concluir os seus estudos com êxito, como ressalta Barcelos (1993).

Para Bourdieu (1998), a escola que sempre foi excludente hoje exclui de maneira contínua, em todos os níveis de ensino, mantendo em seu interior aqueles que ela exclui, contentando-se em relegá-los para os ramos mais desvalorizados, o que torna a escola num espaço de marginalização dos sujeitos pertencentes aos grupos menos favorecidos. A interpretação de Dubet (2008) vai nessa mesma direção, segundo ele, “se o acesso aos bens escolares se expandiu, as habilitações e as formações mais prestigiosas permanecem quase monopólio dos grupos mais favorecidos, enquanto os menos favorecidos monopolizam, por sua vez, as habilitações mais curtas e menos rentáveis” (Dubet, 2008, p. 27). Ou seja, enquanto aos sujeitos afortunados é assegurada uma educação de qualidade, que lhes permitem prosseguir nos níveis mais altos de ensino,

ingressarem nas carreiras e postos de trabalho mais valorizados social e economicamente, os sujeitos menos favorecidos são direcionados para a escola pública, de pouca ou nenhuma qualidade, que os mantém subalternizados, bem como ocupando as carreiras e os postos de trabalho menos valorizados.

Refletindo sobre a temática, Queiroz (2004) nos chama a atenção para dinâmica escolar na manutenção das desigualdades étnico-raciais, as quais são determinantes no condicionamento dos negros no mesmo lugar de sempre – subalternizados. Segundo a referida autora, enquanto no ensino básico a contrapartida da ampliação da participação de negros está na evasão e na repetência, no ensino superior a contrapartida está na inserção destes nos cursos socialmente menos valorizados, tendo como consequência o direcionamento para os espaços ocupacionais de menor prestígio social, renovando, desta forma, o ciclo da reprodução das desigualdades. Pondera ainda que o fato de os negros brasileiros serem direcionados para as escolas de condições mais precárias (de pouca ou nenhuma qualidade) tanto o retorno da escolaridade destes os impedem de acessarem os níveis mais elevados de ensino quanto reflete e reforça a história de exclusão dos mesmos (Queiroz, 2004).

Ainda a respeito da qualidade da educação pública brasileira, a autora supracitada observa que é forte a presença de estudantes negros vindos da escola pública na universidade, não surpreendendo, desta forma, a modesta participação destes entre os aprovados no vestibular, visto que o ensino da maioria das escolas públicas brasileiras é de qualidade duvidosa (Queiroz, 2010). Em sua opinião, “as condições em que ocorre a educação do negro reforçam a sua história de exclusão, seja porque o impede de ter acesso a graus mais elevados de escolarização, seja por comprometer o processo de constituição da sua identidade” (Queiroz, 2004, p. 68). Portanto, as desigualdades no campo educacional não são diferentes das desigualdades no campo da renda *per capita* e do mercado de trabalho.

Para Araújo (2014a, p. 129), “as dificuldades educacionais que atingem os afro-brasileiros nos dias de hoje têm origem desde os tempos mais longínquos da história da educação brasileira e está estruturada sobre dois eixos: exclusão e abandono”. Ou seja, assim com as desigualdades econômicas, políticas e sociais, as desigualdades educacionais e étnico-raciais têm suas raízes fincadas, isto é, suas origens, no início da formação da nação brasileira. Todavia, como bem observa Hasenbalg (2005, p. 208), “as desigualdades raciais contemporâneas são apenas residualmente devidas à herança

do escravismo e refletem principalmente a operação contínua de princípios racistas de seleção social”. Ou seja, como já dito, o racismo é um dos fatores estruturantes das desigualdades na sociedade brasileira.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em linhas gerais, as reflexões feitas no decorrer deste artigo permitem afirmar-se que tanto o Estado brasileiro, suas instituições e seus governantes, quanto a sociedade como um todo tem uma dívida histórica para com os negros, os quais ao longo da história da nação brasileira têm sido excluídos dos espaços sociais e economicamente mais valorizados. Nesta perspectiva, as análises das desigualdades no Brasil, a partir dos índices estatísticos produzidos pelos indicadores socioeconômicos e educacionais, apontam para a necessidade de Políticas de Ações Afirmativas em todos os setores da sociedade em que os sujeitos pertencentes aos grupos historicamente estigmatizados se encontrem sub representados. Uma vez que, como revelam os referidos indicadores, as desigualdades no país atingem com maior intensidade negros e indígenas, os quais historicamente encontram-se representados num lugar desprivilegiado na pirâmide social, econômica e educacional, bem como nas regiões economicamente menos desenvolvidas – Norte e Nordeste.

Respondendo à questão inicial, a partir das reflexões suscitadas, pode-se inferir que a pobreza e a desigualdade no Brasil trata-se, em parte, de uma questão racial, como sinalizam Pereira (2008), Ribeiro (2009), Santos (2013) e atinge com maior intensidade as regiões economicamente menos desenvolvidas - Norte e Nordeste, como pondera Araújo (2014a). Como evidenciou este estudo, desde o início da formação do país, a dinâmica de ocupação, exploração e desenvolvimento das regiões brasileiras beneficiou única e exclusivamente os sujeitos pertencentes aos grupos hegemônicos, isto é, os colonizadores e imigrantes europeus e seus descendentes, deixando as margens do desenvolvimento econômico, político e social os sujeitos pertencentes aos grupos estigmatizados, discriminados e oprimidos – negros, indígenas e outros. Resumindo, a pobreza e as desigualdades no Brasil não se reduzem apenas a questão de classe social, mas estão imbricadas as questões étnico-raciais, de abrangência nacional com algumas particularidades regionais, entre outros condicionantes, como gênero, idade, nível de escolaridade e outros.

Conclui-se, portanto, que a pobreza e as desigualdades, no Brasil, são mais exacerbadas na população negra e nas regiões menos desenvolvidas economicamente – Norte e Nordeste, e estão refletidas na educação, influenciando negativamente no acesso, na permanência e no êxito dos sujeitos pertencentes aos grupos menos favorecidos e historicamente discriminados, nos diferentes níveis e modalidades de ensino. No entanto, para modificar tal situação, faz-se necessários que novas Políticas de Ações Afirmativas sejam instituídas, complementando as já existentes e maior combate ao racismo, ao preconceito, às discriminações e às práticas racistas que persistem no cotidiano de milhares de brasileiros e quase sempre passam despercebidas ou consideradas como brincadeiras.

### REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Jurandir de Almeida. Educação, desigualdade e diversidade: os grupos menos favorecidos frente ao sistema escolar brasileiro. *Revista da ABPN*, v. 4, n. 8, p. 114-125, jul./out., 2012.
- ARAÚJO, Jurandir de Almeida. Educação e Desigualdade: a conjuntura atual do ensino público no Brasil. *Revista Direitos Humanos e Democracia*, ano 2, n. 3, p. 125-157, jan./jun., 2014a.
- ARAÚJO, Jurandir de Almeida. Racismo, Violência e Direitos Humanos: pontos para o debate. *RIDH*, v. 2, n. 2, p. 75-96, 2014b.
- ARAÚJO, Jurandir de Almeida. Violência, Racismo e Mídia: a juventude negra em situação de risco. *Revista InSURgência*, Brasília, ano 1, v.1, n. 2, p. 462-482, 2015.
- ARROYO, Miguel Gonzalez. O direito à educação ameaçado: segregação e resistência. In: ARROYO, Miguel González; ABRAMOVICZ, A. (Orgs.). *A reconfiguração da escola: entre a negação e a afirmação de direitos*. Campinas, SP: Papirus, 2009. p. 129-159.
- BARCELOS, Luiz Carlos. Educação e desigualdades raciais no Brasil. *Caderno de Pesquisa* [online], n. 86, p. 15-24, 1993. Disponível em: <<http://educa.fcc.org.br/pdf/cp/n86/n86a02.pdf>>. Acesso em: 10 jan., 2012.
- BAUMAN, Zygmunt. *Danos Colaterais: desigualdades sociais numa era global*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- BOURDIEU, Pierre. *Escritos de educação*. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil promulgada em 5 de outubro de 1988*, Brasília: Senado Federal, 1988.
- DUBET, François. *O que é uma escola justa?: a escola das oportunidades*. São Paulo: Cortez, 2008.
- FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. 2. ed. São Paulo: Global, 2007



GOMES, Joaquim Barbosa. *Ação afirmativa & princípio constitucional da igualdade*. Rio de Janeiro/São Paulo: Renovar, 2001.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. Movimento Negro e Educação. *Revista Brasileira de Educação*, n. 15, p. 134-158, set./dez. 2000.

HASENBALG, Carlos. Entre o Mito e os Fatos: Racismo e Relações Raciais no Brasil. *DAOOS Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 38, n. 2, p. 355-374, 1995.

HASENBALG, Carlos. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005.

HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Valle. Raça e oportunidades educacionais no Brasil. *Caderno de Pesquisa*, n. 73, p. 5-12, maio 1990.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. *Estudos & Pesquisas: informações demográfica e socioeconômica*, Rio de Janeiro, n. 23, 2008.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

IDEB, *Índice de Desenvolvimento da Educação Básica*. 2011. Disponível em: <<http://www.portaldieb.com.br>>. Acesso em: 20 out. 2015.

PEREIRA, Amauri Mendes. *Trajetória e Perspectivas do Movimento Negro Brasileiro*. Belo Horizontes: Nandyala, 2008.

QUEIROZ, Delcele Mascarenhas. *Universidade e desigualdades: brancos e negros no ensino superior*. Brasília: Liber Livro, 2004.

QUEIROZ, Delcele Mascarenhas. Cor e seletividade no ensino superior. In: BARBOSA, Lúcia Maria de Assunção; SILVA, Petronilha Beatriz; SILVÉRIO, Valter Roberto (Orgs.). *De Preto a Afro-Descendente*. São Carlos: EdUFCA, 2010. p. 123-135.

RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. Desigualdade de Oportunidades e Resultados Educacionais no Brasil. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 54, n. 1, p. 41-87, 2011.

RIBEIRO, Matilde. As políticas de igualdade racial no Brasil. *Análise e propostas*, n. 35, abr., 2009.

SANTOS, Ivair Augusto Alves dos. *Direitos Humanos e as práticas de racismo*. Brasília: Câmara dos deputados, edições Câmara, 2013.

SILVA, Tatiana Dias. Panorama Social da População Negra. In: SILVA, Tatiana Dias; GOES, Fernanda Lira (Orgs.). *Igualdade racial no Brasil: reflexões no Ano Internacional dos Afrodescendentes*. Brasília: Ipea, 2013. p. 13-30.

SILVA, Josenilto et al. A promoção da igualdade racial no primeiro semestre de 2007 e as políticas universalistas. In: JACCOUD, L. (Org.). *A Construção de uma Política de Promoção da Igualdade Racial: uma análise dos últimos 20 anos*. Brasília: Ipea, 2009. p. 205-233.

Recebido em outubro de 2017

Aprovado em janeiro de 2018

425